

ESPAÇO SOCIALISTA

No. 100 - JUNHO DE 2017
CONTRIBUIÇÃO: R\$ 2,00

ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA



LUTAR CONTRA AS REFORMAS QUE QUEREM NOS ESCRAVIZAR



**GREVE GERAL PARA DERRUBAR
TEMER E AS REFORMAS DO CAPITAL**

**REVOLUÇÃO RUSSA: DOS DIAS
DE ABRIL AO MÊS DE JUNHO**

**PARIDADE: A LUTA POR
DEMOCRACIA NA UFABC**

**REFORMA TRABALHISTA É IGUAL
ESCRavidÃO**

**FRANÇA: DISPUTA ENTRE
FRAÇÕES DO CAPITAL**

GREVE GERAL PARA DERRUBAR TEMER E AS REFORMAS DO CAPITAL

Nesses últimos dias, a impopularidade de Temer se aliou rapidamente à queda de uma força parlamentar que vinha construindo. A recente divulgação do áudio com o dono da JBS teve tão grande impacto que desarticulou a bancada governista e levou, até mesmo, setores da burguesia a defender sua saída, renúncia ou o impeachment.

Além de haver perdido a legitimidade perante a maior parte da população, inclusive em importantes categorias profissionais da classe trabalhadora como vimos durante o 28 de abril com a Greve Geral, agora, até mesmo empresários, setores da direita e partidos da base aliada no Congresso Nacional deram início ao “abandono desse barco”.

E sem titubear o STF, que deu sustentação jurídica ao impeachment de Dilma para agilizar a aplicação das reformas, autorizou a abertura de investigação contra Temer, cada vez mais isolado.

E toda essa situação já leva alguns setores a discutir e a agitar caminhos que devem ser seguidos após a saída de Temer da presidência.

O FORA TEMER

Tendo sido bandeira de setores da esquerda socialista, do PT e do movimento social agora o Fora Temer também passou a ser defendido por alguns setores e intelectuais de direita. Isso apresenta na realidade outros “vários conteúdos” para essa palavra de ordem.

A direita e os setores da burguesia que defendem a saída buscam a via negociada e controlada com sua renúncia, em que o presidente da Câmara dos Deputados assuma o cargo imediatamente.

A partir daí surgem divergências e parte desses setores querem **eleições indiretas** com a indicação de nomes como de Henrique Meirelles, Nelson Jobim e Carmen Lúcia (do STF).

Por outro lado, tem-se o PT, PC do B, CUT, etc. que bradam **diretas já**, limitando as lutas que serão canalizadas

para eleição e apenas para o cargo de Presidente com uma possível aprovação de Emenda Constitucional que antecipa as eleições e garante a candidatura de Lula.

Em outra perspectiva tem-se setores de esquerda que defendem **eleições gerais já** para todos os cargos.

Defendemos a saída de Temer pela ação da classe trabalhadora mobilizada (greves gerais, manifestações, boicotes, etc.) sem nenhum conchavo com a burguesia e seus parlamentares.

INDIRETAS REALMENTE É GOLPE

Um setor importante da burguesia começa a defender eleição de presidente de forma indireta, ou seja, pelo Congresso Nacional, para cumprir mandato até o fim de 2018.

O Congresso Nacional, formado por suas bancadas ligadas aos vários setores da burguesia e com a maioria dos nomes envolvidos em fortes esquemas de corrupção, pode eleger alguém?

Esse processo não se apoia em nenhum tipo de legitimidade dentro da tal democracia burguesa. Presidente da República e chapa que não recebem voto popular contrariam os direitos democráticos e isso sim é golpe, ainda mais com o Congresso envolvido nos fortes esquemas fraudulentos para votar contra a classe trabalhadora e na retirada de nossos direitos.

Até agora também alguns setores da bancada do PT sinalizam nessa direção e apostam em um “acordo nacional” envolvendo os partidos da ordem como DEM, PSDB, PMDB e outros com o interesse de aprovar agora as reformas, estabilizar a situação e livrar Lula para 2018.

Desde já, nos posicionamos totalmente contrários a essa alternativa!

ELEIÇÕES DIRETAS PARA ESTABILIZAR A INSTITUCIONALIDADE BURGUESA

Não cabe à esquerda socialista e revolucionária fazer propostas

para resolver as crises burguesas e as propostas que seguem ao Fora Temer carregam como objetivo estancar essas crises.

Entendemos que são vários os problemas em defender a realização de eleições nesse momento.

Primeiro, a chance de a esquerda eleger a maioria dos deputados, ou mesmo uma quantidade que bloqueie e derrote as medidas contra a classe trabalhadora é mínima. Há uma grande rejeição aos políticos, inclusive de esquerda e as lutas em andamento ainda não estão fortes o suficiente para impor candidaturas, em maioria, da classe trabalhadora. Além de que a direita está em um momento de ofensiva de suas ideias e conta ainda com o poder econômico da burguesia, capazes ainda de ganhar qualquer eleição.

Outro problema importante seria a legitimação do novo governo. Assim como Collor e FHC, Lula aproveitou o início de seu governo para implementar as medidas mais duras contra direitos sociais e trabalhistas, o que nos revela que no início de cada mandato há uma maior “trégua” por parte da população, assim como de uma base no Congresso muito mais coesa, conseguindo aprovar vários projetos.

Portanto, com a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência na ordem do dia torna-se ainda mais perigosa essa saída sem que a classe trabalhadora esteja amplamente e fortemente mobilizada com seus instrumentos de luta.

NENHUMA CONFIANÇA NO PT

Até esse momento, já são várias as declarações da cúpula petista sobre a necessidade de se buscar



um entendimento entre os diversos partidos e governadores para “salvar o país”, sendo cogitado por alguns de seus dirigentes, inclusive, negociações mesmo com o PSDB.

Para esses partidos e para a burguesia “salvar o país” significa aprovar as reformas, retirar direitos e garantir ao capital toda a sua lucratividade mesmo em períodos de crise.

O PT não romperá com esse modelo, que foi construído e fortalecido também pelo partido. Tem demonstrado a todo o momento, especialmente por sua direção, sua intenção em se aproveitar das novas mobilizações para uma negociação que atenda seus interesses. Ou seja, mesmo na oposição ao governo de Temer, nesse momento, é parte da governabilidade junto com demais partidos da ordem.

AS REFORMAS AINDA NÃO FORAM DERRUBADAS

A crise política escancarada com o áudio da JBS, ao mesmo tempo em que possibilita um maior tempo para que os movimentos contra as reformas em andamento se organizem e se fortaleçam, faz com que o governo se esforce para dar maior tranquilidade para a burguesia e tente a todo custo retomar a atividade política. Ignora a reação da classe trabalhadora com suas manifestações e mantém a aprovação das reformas como o grande objetivo.

As mobilizações a partir de março (8M, 15M, 31M e a Greve Geral de abril) recolocaram setores importantes da classe trabalhadora em movimento e mobilizaram milhões de pessoas, obrigaram Temer e o Congresso a “irem mais devagar” com as reformas. Sem, ainda, derrotá-las.

A Reforma Trabalhista – que exigia 257 votos- já foi aprovada na Câmara. No momento de fechamento dessa edição o governo ainda tentava aprová-la na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

A Reforma da Previdência, considerada bem mais difícil por conta da ampla rejeição popular, sofre com a ofensiva do governo e com as exigências da burguesia para o apressamento de sua votação ainda em junho. Conta, inclusive abertamente, com a compra



de votos que libera aos deputados verbas milionárias, refinanciamento de dívidas previdenciárias para municípios e agronegócio (que inclui perdão de multa e juros).

Portanto, sabemos que não vão desistir. Por isso é importante nesse momento da luta exigir o imediato cancelamento da Terceirização e o arquivamento de todos esses projetos de leis e de propostas de emendas à Constituição contra os direitos trabalhistas e sociais.

GREVE GERAL DE 48 HORAS

A marcha a Brasília no dia 24 de maio foi uma iniciativa importante, mas insuficiente para o tamanho do desafio que o movimento dos trabalhadores tem pela frente. No momento de disposição de luta da classe trabalhadora e de fragilidade da imagem do governo e de sua bancada, a convocação e construção de uma nova Greve Geral tornava-se imprescindível.

Ainda assim é fundamental o fortalecimento desse instrumento de luta, com 48 horas de produção parada, para derrubar Temer, as reformas e todos os projetos que atacam nossos direitos. A burguesia não entende outra linguagem que não seja a da classe trabalhadora mobilizada.

A convocação de uma nova Greve Geral, porém, não está garantida, pois a maioria das direções sindicais pelegas do Brasil estão buscando negociar alguns pontos das reformas com o governo, em vez de organizar as lutas para derrotá-las.

A pressão dos trabalhadores em movimento e de suas organizações em luta são decisivas. Apresentarmos as propostas do governo e da burguesia nas assembleias de categorias e votar por nova Greve Geral, organizar os comitês de base, realizar atividades nos locais de trabalho, estudo e moradia são algumas formas de contribuir para fortalecer as lutas, construir a nova

Greve Geral de 48 horas junto à classe trabalhadora, e também pressionar essas direções.

Nesse sentido, é fundamental a construção e fortalecimento dos comitês de base, por serem instrumentos fundamentais para construir a resistência e os enfrentamentos políticos

POR UM ENCONTRO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Em toda crise política a primeira preocupação da burguesia e da burocracia é tirar os trabalhadores de cena. Isso acontece porque sabem que, se os produtores da riqueza material se mobilizarem, muita coisa pode mudar.

Dessa forma, esse deve ser sempre o horizonte das forças de esquerda: contribuir para a classe trabalhadora desenvolver a consciência contra a burguesia e se colocar em movimento com seus instrumentos de luta. Por menor que sejam essas experiências serão sempre passos importantes para que a classe se convença sobre quem são nossos inimigos e sobre a necessidade de se colocar como sujeito no processo político.

São várias as propostas de saídas políticas da classe trabalhadora: Frente de Esquerda, poder operário e do povo, poder popular, entre outros. São todas propostas importantes, mas ainda estão restritas às organizações que defendem essas palavras de ordem.

Precisamos, apesar do atual caráter inicial, que essas propostas sejam debatidas com o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores em fóruns que sejam espaços de organização unitários do conjunto da classe e possam construir um programa unitário para enfrentar a burguesia e o capital.

Num momento como esse não podemos assistir a burguesia dando as cartas e escolhendo o melhor caminho para aumentar os níveis de exploração da classe trabalhadora.

Defendemos a realização de um Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras que tenha como objetivo debater e votar um programa anticapitalista para a crise econômica, uma proposta para a crise política e um calendário de lutas.

Ao nosso modo de ver essa é uma forma de a classe trabalhadora

participar e se colocar como sujeito político e social com os referenciais de esquerda.

UM PROGRAMA DA CLASSE TRABALHADORA

A crise econômica segue firme e o governo e a burguesia apresentam as suas propostas: reformas para retirar direitos, demissões, retirada ou diminuição dos serviços públicos de Saúde, Educação, transporte etc.

Nós, trabalhadores, precisamos apresentar as nossas propostas e que atendam as nossas necessidades como moradia, emprego, Saúde, Educação, etc.

- ✓ Arquivamento imediato de todos os projetos de leis e emendas constitucionais que tiram direitos;
- ✓ Não Pagamento da Dívida Pública e investimento desse dinheiro em serviços públicos gratuitos e de qualidade (Educação, Saúde, transporte, cultura, lazer) sob controle dos trabalhadores!
- ✓ Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. Fim da remessa de lucros das empresas para suas matrizes.
- ✓ Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para ter emprego para todos!
- ✓ Estatização, sob controle dos trabalhadores, das empresas que demitam e ameacem fechar ou se mudar!
- ✓ Fim da Terceirização! Efetivação de todos os temporários com os mesmos direitos!
- ✓ Fim do latifúndio e expropriação do agronegócio! Reforma agrária sob controle dos trabalhadores!
- ✓ Expropriação dos imóveis ociosos e plano de moradia popular, sob controle dos trabalhadores!
- ✓ Expropriação de todas as empresas, empresários e políticos envolvidos em corrupção.
- ✓ Pelo poder da classe trabalhadora apoiado em suas organizações de luta!

A LUTA POR DEMOCRACIA E PARIDADE NA UFABC E NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

MILITANTES DO ESPAÇO SOCIALISTA NA UFABC

O debate sobre a democracia nas universidades é antigo, mas avançou pouco nas últimas décadas. As ações antidemocráticas que ocorrem cotidianamente no ambiente acadêmico não são exclusividade de uma ou outra universidade e, ainda, fruto de apenas algumas mentes retrógradas que agem nesses locais. São consequência de uma sociedade que tem como pressuposto a divisão hierárquica em todas as suas esferas juntamente com divisão social e intelectual do trabalho.

A divisão social do trabalho (entre os que produzem e os que se apropriam da riqueza produzida) e, ainda, a divisão intelectual do trabalho (entre os que pensam e os que executam) se estabelecem também nas universidades. E essas divisões também se expressam na questão da paridade que, nesse momento, estamos realizando na UFABC.

Por aqui, alguns docentes que se posicionam contra a paridade se utilizam exatamente do desmerecimento

de outros setores ou categorias profissionais para não avançarmos nesse sentido. Recentemente, em um e-mail (“papal do docente, a própria função do professor-pesquisador”) desse grupo de docentes para a lista interna de servidores da universidade, pudemos verificar isso. Ao reafirmarmos a divisão presente em todas as sociedades de classes e o quanto é levada às últimas consequências na sociedade capitalista, permite-se considerar que essa divisão seria algo impossível de mudar.

A luta e as propostas de mudança por eleições paritárias para reitoria, que se dá agora na Universidade Federal do ABC, esbarram em muitas dificuldades, uma vez que a divisão intelectual do trabalho sustentada também por um grupo de docentes mais conservadores das universidades, pois acreditam que seu papel é mais importante que os demais trabalhadores ou estudantes.

A luta por democracia e por paridade na UFABC é bastante necessária, sobretudo, para os estudantes e trabalhadores Técnico Administrativos que são os mais prejudicados com a forma autoritária que funcionam os Conselhos e instâncias deliberativas institucionais.

Para os estudantes isso é agravado pois, os afeta cotidianamente e de diversas formas: desde a oferta de disciplinas passando pela reserva de auditórios, que somente os docentes

e Técnicos Administrativos podem fazer, até as decisões sobre bolsas e moradia estudantil.

A LUTA POR PARIDADE NA UFABC

Das universidades federais no Brasil, 70% realizam eleições para reitoria ou reitor de modo paritário. Nessa forma, estudantes, trabalhadores Técnico Administrativos e trabalhadores docentes têm o mesmo peso de voto (1/3 para cada).

Infelizmente essa não é a realidade na Universidade Federal do ABC, que está mais atrasada na questão democrática que a maior parte das universidades. Aqui, o voto de um docente vale bem mais que o voto dos estudantes (a maioria da comunidade acadêmica) e dos trabalhadores Técnico Administrativos.

Das duas eleições realizadas até hoje, a primeira foi decidida com: 70% dos votos para os docentes, 15% para os estudantes e 15% para os Técnico Administrativos.

Em 2013, após uma longa luta de trabalhadores Técnico Administrativos, estudantes e Docentes progressistas (favoráveis a paridade), essa diferença foi reduzida para ficando 50% para os docentes, 25% para os estudantes e 25% para os Técnico Administrativos, mas ainda continua uma desigualdade gritante.



A DESIGUALDADE ENTRE ESSES SETORES NÃO É SOMENTE NESSA QUESTÃO, SÃO MUITAS OUTRAS:

* Nos Conselhos superiores, os docentes têm nada mais que 70% das cadeiras sendo que os estudantes e Trabalhadores Técnicos Administrativos têm que dividir os 30% restantes;

* Os pró-reitores são todos nomeados pelo reitor, sendo que não há eleição para nenhum dos cargos. E são elas e eles que elaboram políticas diretamente ligadas às demandas dos estudantes e dos trabalhadores;

* Os pró-reitores nomeados possuem assento nato nos Conselhos superiores. Isso significa que participam e votam nas discussões desses conselhos sem serem eleitos;

* Todas as chefias dos Técnicos Administrativos são indicadas, não havendo eleição em nenhuma das esferas. Isso vale desde os superintendentes, em uma posição maior, até o chefe imediato;

* Além da desigualdade que concede privilégios a um setor ou categoria profissional em detrimento das demais, ainda existe a restrição de que somente trabalhadores docentes (e com doutorado!) podem se candidatar a reitor, excluindo Trabalhadores Técnicos administrativos (mesmo com doutorado) e estudantes;

* Para piorar, após a comunidade acadêmica escolher o seu próximo reitor (mesmo sob regras completamente injustas, como é o caso da atual forma de decisão na UFABC), ainda é formada uma Lista Tríplice que é enviada ao MEC e o Ministro

da Educação tem a palavra final sobre quem escolher nessa lista. A votação na universidade é, na verdade, apenas uma consulta. Cabe ao gerente de turno do Estado burguês escolher o próximo reitor ou reitora das universidades.

Essa estrutura, além de ferir o princípio da autonomia universitária, possibilita o controle direto das instituições públicas de ensino por parte das gerências de turno do Estado capitalista.

Os elementos que colocamos acima revelam a estrutura profundamente hierárquica e antidemocrática em todos os níveis na universidade. Consequências diretas disso são os mais diversos tipos de assédio das chefias sobre os trabalhadores e de muitos docentes sobre os estudantes, inclusive casos de assédio sexual para com as alunas.

A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Apesar de a luta por paridade e democracia nas universidades ser importante, deve-se ressaltar que seus limites estão justamente colocados pelo próprio limite da Educação como um todo na sociedade capitalista. Afinal, a função da Educação no capitalismo não é formar e emancipar seres humanos, mas sim manter a estrutura de controle e altamente hierarquizada dessa sociedade formando seres humanos submissos e prontos para atenderem às necessidades do capital, que obedeçam seus chefes e tornem-se apenas engrenagens nas linhas desse modo de produção, possibilitando mão de obra barata e obediente.

Na universidade, então, que não está isolada desse contexto é possível

observar que esse papel é forçado e reforçado pela estrutura hierárquica, antidemocrática (como citamos), pela produção tecnológica e intelectual, que privilegiam a demanda de empresas para aumentar seus lucros e não para atender as necessidades dos trabalhadores, que são a maioria da população.

Assim, ao mesmo tempo que se luta por uma Educação pública, gratuita e de qualidade, é importante ter nítido que, para uma verdadeira Educação libertadora, deve-se também questionar as bases do sistema que sustenta a divisão social do trabalho, a divisão intelectual do trabalho e a exploração de classe: é necessário superar o capitalismo e construir a sociedade socialista.

AVANÇAR PARA ALÉM DA PARIDADE

A paridade também não é garantia de nada sem uma participação efetiva dos representados em luta direta e constante, cada vez mais forte, de todas esses setores em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. É algo mínimo perto das necessidades.

Para isso propomos mais: não somente paridade nas eleições para reitor e reitora, precisamos também de paridade nos Conselhos superiores e demais instâncias deliberativas, eleições diretas para todos os cargos de pró-reitores e todas as chefias (sem intervenção das gerências do Estado) e revogação imediata de qualquer cargo quando a comunidade acadêmica bem entender. No entanto, acreditamos que a conquista da paridade na UFABC é um importante passo para conquistarmos maiores direitos.

REFORMA TRABALHISTA: ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS, À ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ATÉ MESMO À JUSTIÇA DO TRABALHO

A reforma trabalhista – já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado – muda muita coisa na CLT. É um dos maiores ataques aos direitos trabalhistas visando a ter uma força de trabalho precarizada e barata a serviço dos capitalistas.

São várias as mudanças prejudiciais da Reforma Trabalhista para a classe trabalhadora. Mas, a propaganda do governo na televisão esconde esses problemas e ainda quer parecer que é benéfica aos trabalhadores.

Por exemplo, tem uma propaganda que mostra a trabalhadora querendo ter uma jornada parcial de trabalho porque teria mais tempo, mas esquece de falar que essa redução da jornada vai ser acompanhada de redução de salário e de outros benefícios, ou seja, só vai ser vantajosa para os patrões.

Na mesma propaganda há outro trabalhador dizendo que será bom ter menos tempo de almoço. Como uma pessoa em uma jornada de trabalho que muitas vezes se estende por 10

horas vai ter apenas 30 minutos de almoço e descanso?

O pior é dizerem que a reforma é a modernização das relações trabalhistas. Não, isso não é moderno. Só querem explorar ainda mais a classe trabalhadora. Isso que o governo dizer que a Reforma irá modernizar as relações de trabalho.

Essas alterações na legislação e jurisprudência (reiteradas decisões da justiça do trabalho) é o mais severo ataque aos direitos da classe

trabalhadora brasileira.

É um pacote, pois retira direitos e ao mesmo tempo impede o trabalhador que tem um direito lesado de recorrer a justiça do trabalho para abrir um processo. E o pacote é fechado com a criação de formas de representação dos trabalhadores na qual os

representantes sequer tem estabilidade no emprego, o que daria segurança para poder defender os trabalhadores e não serem ameaçados pela patronal. E ainda tem o absurdo de proibir esses representantes de serem vinculados às entidades sindicais.



AS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA

DIREITOS PREVISTOS EM LEI	TRABALHO INTERMITENTE	BANCO DE HORAS
Direitos que constam em lei poderão ser alterados por acordo ou Convenção Coletiva. Jornada de trabalho, intervalo refeições, PLR, entre outros poderão ser alterados.	Poderá ser realizada em qualquer das atividades da empresa. Passará a ser ampla e irrestrita, em todas as áreas das empresas.	A jornada vai variar conforme a necessidade da produção. Poderá ser por Acordo Coletivo ou diretamente com o trabalhador (sujeito a pressão).
DIREITOS PREVISTOS EM CONVENÇÃO COLETIVA	TELETRABALHO	DIÁRIAS E ABONOS
Acordo Coletivo (entre sindicatos dos trabalhadores e empresa) passará a sobrepor a Convenção Coletiva (acordos entre os sindicatos patronal e dos trabalhadores), mesmo que retirem direitos.	Será praticado em casa, com a estrutura (luz, computador, etc.) do trabalhador. Não será considerado trabalho externo. Sem limite de jornada e voltado para o trabalho por tarefa.	Não se incorporarão ao salário e também deixarão de ser consideradas para cálculo de Previdência, FGTS, etc.
TERCEIRIZAÇÃO	JORNADA DE TRABALHO 12/36HS	DEMISSÕES COLETIVAS
Qualquer atividade da empresa poderá ser terceirizada. Passará a ser ampla e irrestrita, em todas as áreas das empresas.	A regulamentação também poderá ser realizada por acordo individualizado.	Não precisará mais de autorização da entidade sindical ou de Acordo Coletivo.
TRABALHO INSALUBRE DE GRÁVIDA OU LACTANTE	DESLOCAMENTO	PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
Mulher grávida: Só não poderá trabalhar em locais insalubres de grau máximo. Nos graus mínimo e médio tem que ter atestado médico. A mulher que estiver amamentando trabalhará independente do grau de insalubridade.	O tempo de deslocamento não será mais considerado parte da jornada.	Não permitirá ao demitido questionar os valores na Justiça do Trabalho.
TRABALHO AUTÔNOMO	EQUIPARAÇÃO	VERBAS RESCISÓRIAS
A contratação de autônomo – de forma contínua ou não; exclusiva ou não – não caracterizará relação de trabalho. Portanto, sem direitos trabalhistas.	Possível só quando os empregados tiverem o mesmo tempo na função, ou seja, vários salários para mesma função	Homologação não precisará ser mais no sindicato e poderá ser feito um termo de quitação anual de obrigações (com isso não poderemos fazer reclamação trabalhista).
	JORNADA PARCIAL	REPRESENTAÇÃO EM LOCAL DE TRABALHO
	Amplia para até 30 horas semanais (não pode fazer hora extra) ou até 26 horas (e pode fazer até 6 horas extras).	A Reforma criará uma representação no local de trabalho, mas o representante não poderá ser sindicalizado. Uma forma de criar no local uma representação para substituir a organização sindical.
	HORA EXTRA	
	Não precisará ser paga, poderá ser compensada.	
	HORÁRIO DE ALMOÇO	
	Pode ser reduzida para 30 minutos.	

REVOLUÇÃO RUSSA: DOS DIAS DE ABRIL AO MÊS DE JUNHO

SÉRGIO LESSA

No jornal Espaço Socialista anterior, seguimos os acontecimentos desde a Insurreição de Fevereiro até os impasses gerados pela nova situação política e social em março. Um Governo Provisório que fazia o que podia para frear o movimento espontâneo das massas, as organizações de esquerda em geral agrupadas ao redor da tese do “apoio crítico” ao Governo Provisório.

E as massas operárias, os soldados e camponeses tomando as medidas imprescindíveis para que o avanço revolucionário prosseguisse.

Nos meses de abril, maio e junho, a situação revolucionária avançaria com rapidez e é disso que trataremos nesse número do Jornal Espaço Socialista. No número seguinte, abordaremos o avanço e a derrota da contrarrevolução nos meses de julho e agosto.

LÊNIN, AS TESES DE ABRIL E A LUTA INTERNA AOS BOLCHEVIQUES

Em abril, profundas mudanças afetam o processo revolucionário russo.

Com a chegada de Lênin, Zinoviev e outros revolucionários russos do exterior se inicia no Partido Bolchevique a luta contra as concepções até então dominantes no



interior do partido, principalmente contra aquela que afirmava que a Revolução Russa tinha um conteúdo essencialmente burguês e que, por isso, o papel das forças revolucionárias seria o de auxiliar a burguesia a se consolidar no poder contra a reação monarquista. Stálin e Kamenev estavam propondo a união dos bolcheviques com os mencheviques na defesa da revolução de fevereiro.

Chegando à Rússia, Lênin redige as Teses de Abril: a república nascida da Revolução de Fevereiro era uma república burguesa -- e que, portanto, não cabia aos operários lutarem por ela. A tarefa dos bolcheviques era derrubar o governo imperialista burguês de Kerensky e fundar a República Soviética dos trabalhadores. A principal tarefa momentânea dos bolcheviques era explicar “pacientemente” às massas quem os mencheviques e os sociais-revolucionários defendiam -- a burguesia -- e não temer ficar, momentaneamente, em minoria. Pelo contrário, estando em minoria era possível, naquele momento histórico particular, explicar às massas exaustivamente todas as traições que os mencheviques, sociais-revolucionários e o Governo Provisório estavam realizando e, dessa forma, conseguir o apoio das massas operárias e camponesas.

A luta no interior do Partido Bolchevique foi renhida. Os estratos superiores do partido receberam com animosidade e desconfiança as opiniões de Lênin e, quando foram publicadas no Pravda (órgão bolchevique), receberam uma introdução esclarecendo que os editores do jornal (entre eles Stálin) consideravam as teses inaceitáveis, pois partiam do pressuposto (falso, para eles) que estava na hora de se lutar por um governo operário na Rússia.

No entanto, os setores do partido mais próximo à classe operária,

principalmente os comitês dos distritos operários, passaram a fazer agitação das teses entre as massas, principalmente em Moscou e Petrogrado. Na conferência do Partido, em abril, as Teses de Lênin acabaram sendo vitoriosas. Para isso em muito contribuiu o clima político que vivia a Rússia depois dos “Dias de Abril”, como veremos a seguir.

Enquanto isso, o Governo Provisório tentava consolidar seu poder político para a formação de um regime burguês. Para tanto, era fundamental conquistar a confiança e o apoio dos Aliados (França, Inglaterra e Estados Unidos) e obter financiamentos desses países para conseguir controlar a crise econômica.

A contrarrevolução, encabeçada agora pelo partido que formava a direita do Governo Provisório, o Partido Cadete, estava, por sua vez, preparando a primeira tentativa para voltar ao poder político. Seus principais instrumentos seriam o ministro dos Negócios Estrangeiros, Milyukov e o general Kornilov.

No dia 18 de abril, o Governo Provisório promoveu uma gigantesca manifestação de cunho patriótico, comemorando o dia Internacional do Trabalhador (na Rússia, até o calendário estava atrasado 13 dias em relação ao calendário ocidental).

Tomaram parte da manifestação desde os ministros burgueses até os distritos operários. Todos expressando sua determinação de lutar pela democracia até o fim. O tema da guerra e da paz foi habilmente escondido pelo Governo Provisório. Claro que cada classe social interpretava de forma diferente a palavra democracia, mas isso não impediu o Governo Provisório de proclamar aquela manifestação como prova de unidade do povo russo ao redor da “democracia” que eles apregoavam.

Nesses mesmos dias, Milyukov havia articulado secretamente, juntamente com o Estado Maior do Exército que pululava de generais monarquistas, uma operação militar para ocupar os estreitos de Bósforo e Dardanelos, passagem obrigatória para

os navios Russos que se dirigiam ao Mediterrâneo. O objetivo de Milyukov era forçar os mencheviques e os sociais-revolucionários a aceitarem uma política exterior imperialista, voltada à expansão do império russo e à manutenção da guerra, através de um fato consumado. E, ainda, os EUA que entraram na guerra no início de 1917, haviam prometido um crédito suplementar de 75 milhões de dólares ao Governo Provisório caso ele realizasse uma nova ofensiva sobre o exército alemão.

Os planos da contrarrevolução esbarraram na resistência das massas. Os soldados que deveriam tomar os estreitos de Bósforo e Dardanelos se negaram a cumprir as ordens emanadas do Estado Maior do Exército.

No dia 19, o dia seguinte à manifestação, os operários em Petrogrado e Moscou tomaram conhecimento da nota enviada por Milyukov aos aliados da Rússia na guerra, afirmando que era objetivo do Governo Provisório continuar com a guerra até a vitória final, honrando todos os compromissos que o governo czarista havia assumido. No mesmo dia, chegam as notícias da tentativa frustrada de ocupar os estreitos. Tudo evidenciava aos trabalhadores que o Governo Provisório tinha todo o interesse em continuar com a guerra, as corrupções e roubalheiras que propiciavam à burguesia. Nunca se venderam tantas joias na Rússia como naquela época, enquanto aumentava a miséria e a fome dos trabalhadores.

Além disso, os camponeses, que eram a maioria dos soldados, desejavam voltar para suas casas e aproveitar o final da primavera para o plantio de seus campos. Este sentimento era agravado pelas incessantes notícias de casa, que davam conta de que os kulaks e os latifundiários estavam retomando suas terras e controlavam os sovietes e os comitês sobre a terra. Os camponeses no exército estavam percebendo que as vitórias conseguidas em fevereiro e em março estavam esvaindo por seus dedos.

O mesmo sentimento atingia os operários. Os comitês de fábricas encontravam cada vez maiores dificuldades em impor suas decisões nos locais de trabalho. Os patrões estavam articulando um *blackout*,

com o apoio disfarçado do Governo Provisório, para forçar a extinção das organizações dos operários nas indústrias. O Governo Kerensky, embora houvesse prometido, ainda não havia promulgado a lei estabelecendo a jornada de trabalho de oito horas nem tomara medidas para melhorar a vida dos trabalhadores mediante a diminuição dos lucros dos capitalistas.

Todas as reivindicações econômicas e políticas encaminhadas pelas massas trabalhadoras da cidade e do campo encontravam a mesma resposta do governo burguês: estas medidas só poderiam ser adotadas pela Assembleia Constituinte -- que, no entanto, não tinha data estabelecida para ser convocada.

Os “DIAS DE ABRIL”

Foi neste estado de espírito que as massas operárias e camponesas receberam a notícia da nota de Milyukov e da fracassada ofensiva sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos. A reação foi imediata. No dia 19 de abril, o dia seguinte à manifestação de “apoio” ao Governo Provisório, um professor sem partido, do qual apenas sabemos que era “matemático e filósofo”, se dirigiu ao regimento finlandês e propôs que ele se dirigisse em manifestação à sede do Governo Provisório. A proposta foi aceita e às três da tarde o regimento finlandês ocupava as ruas da Capital. Logo outros regimentos aderiram, os operários paralisaram as fábricas e se juntaram aos soldados. O slogan que dominava a manifestação era -- pela primeira vez -- “Abaixo o Governo Provisório”.

No entanto, as massas tinham ainda confiança em Kerensky e nos mencheviques. Com tal manifestação e com a palavra de ordem “Abaixo o Governo Provisório”, queriam “ajudar” os mencheviques e sociais-revolucionários a se livrarem de Milyukov e cia. Por isso, os sociais-revolucionários e os mencheviques não tiveram muita dificuldade em controlar e dispersar a manifestação, não antes, porém, que houvesse ocorrido uma troca de tiros com uma outra manifestação promovida pelos cadetes em apoio a Milyukov e o governo provisório.

Esses acontecimentos fizeram com que as Teses de Abril caíssem em terreno fértil e servissem para esclarecer as massas revolucionárias. O espaço que Lênin ganhava no interior do partido era um reflexo de como suas opiniões penetravam na classe trabalhadora, principalmente em Petrogrado.

Milyukov e Kornilov se aproveitaram desse clima de insatisfação das massas trabalhadoras em relação ao Governo Provisório para precipitar um confronto das massas revolucionárias com a contrarrevolução, num momento em que, dado o baixo nível de consciência e organização dos primeiros, o confronto poderia se adverso para a revolução. O objetivo de Kornilov e Milyukov era trazer as massas desorganizadas para a rua e, num encontro sangrento, derrota-las e derrubar o governo de Kerensky. Para isso Kornilov transferiu batalhões “leais e confiáveis” para perto de Petrogrado e conclamou os cadetes para saírem às ruas e provocarem os trabalhadores.

No entanto, mais uma vez, o plano contrarrevolucionário falhou, como falharia mais tarde, por um poderoso fator: a organização das massas trabalhadoras nos seus locais de trabalho, em comitês de fábricas e soviets locais, e dos soldados nas unidades militares, em comitês de soldados. Quando percebeu o golpe contrarrevolucionário, o Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado enviou uma ordem aos comitês das unidades militares avisando-as a não saírem dos quartéis a não ser com ordens expressas dos Sovietes. Quase nenhuma tropa seguiu Milyukov e Kornilov.

A derrota da tentativa contrarrevolucionária e a pressão das massas que se seguiu forçou a saída dos cadetes do governo, e a formação de um novo governo, agora mais à esquerda, com participação dos mencheviques e dos sociais revolucionários. Kerensky assumiu o posto de Ministro da Guerra e da Marinha. Junto às massas, a participação de mencheviques e sociais-revolucionários, alguns dos quais haviam cumprido penas nas prisões czaristas, dava certa

credibilidade ao novo governo. Mas, por pouco tempo, como veremos.

JUNHO

Uma semana após ter tomado posse do cargo de Ministro da Guerra a Marinha, Kerensky iniciou uma gigantesca campanha pelo fronte a favor de uma ofensiva contra os alemães, atendendo às pressões lizados pelos países aliados da Rússia na Guerra. Para os soldados, afirmava que os alemães estavam completamente esgotados com a entrada dos EUA na guerra e que a ofensiva que ele propunha era o caninho mais rápido para a paz. Apelava para o espírito patriótico -- em defesa da “nossa revolução” -- para que avançassem sobre os alemães. Para a imprensa social--revolucionária, cadete e menchevique dava enorme eco à declaração do recém empossado ministro.

Com maioria cadete, menchevique e social--revolucionária o Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, que se iniciou a 3 de junho, aprovou a necessidade da nova ofensiva, com a oposição dos mencheviques, dos anarquistas e alguns internacionalistas.

Durante este período os bolcheviques explicavam “pacientemente” às massas quem era o Governo Provisório, e o que este pretendia. Os bolcheviques realizaram um intenso esforço de propaganda afirmando que a nova ofensiva se transformaria numa gigantesca derrota, que o exército não tinha condições materiais de se lançar numa nova ofensiva -- e mais -- que essa ofensiva tinha como objetivo atender às exigências dos governos da França e



Inglaterra, ao enorme preço de piorar ainda mais a crise econômica por que passava o país.

De meados de maio em diante, começa a se fazer sentir uma crescente inclinação dos trabalhadores em direção aos bolcheviques. Muitas vezes, os soviets faziam violentas críticas aos bolcheviques, mas apoiavam as teses que este partido levantava. Outras vezes, delegados que se afirmavam mencheviques ou social-revolucionários, criticavam violentamente o governo provisório. A 17 de maio o Soviete de Kronstadt se declara o único governo na localidade e não reconhece mais o governo provisório.

Em inúmeros soviets locais e comitês de fábrica os bolcheviques se transformaram em maioria, ou então, aumentaram em muito o número de seus delegados. Um número cada vez maior de bolcheviques é enviado ao front como delegados dos comitês dos soldados aos soviets. No campo, os bolcheviques começam a conquistar os primeiros soviets.

No dia 6 de junho começou a ofensiva militar contra os alemães, que se transforma num gigantesco fiasco. A incapacidade política do novo governo em preparar a ofensiva faz com que os Exércitos russos atacassem de forma desordenada e em datas muito diferentes umas das outras. Em poucos dias o exército russo está totalmente batido e inicia uma desastrosa retirada. Os alemães avançam. Os soldados percebem que foram enganados por Kerensky e pelo novo governo: a ofensiva não levaria à derrota da Alemanha e à paz. A autoridade de Kerensky e seus partidários frente às massas sofre um enorme declínio, as massas aceleram seu deslocamento para a esquerda, dentro do espectro político russo.

Essa insatisfação dos soldados é acentuada com a aprovação pelo Comitê Executivo do Sovietes de uma “Declaração dos Direitos do Soldados”, um verdadeiro passo atrás em relação à Ordem nº 1. -- fundamentalmente ela restringia a liberdade de organização dos soldados em suas unidades militares.



O Comitê militar Bolchevique de Petrogrado convocou uma manifestação para denunciar e protestar contra esses acontecimentos. Mas frente à pressão do Soviete do I Congresso de Sovietes de Toda a Rússia, recua da manifestação. Esse recuo do partido recebe violentas críticas de alguns comitês de fábricas, e alguns membros do partido, em protesto, rasgam suas carteirinhas. A tensão entre as massas estava se tornando explosiva.

Os mencheviques e sociais-revolucionários tomam então a iniciativa de convocar eles mesmos uma manifestação para mostrar que os trabalhadores apoiavam a eles e não aos leninistas. A manifestação convocada pelo Governo Provisório teria os seguintes slogans: “Paz Universal”, “Convocação Imediata da Assembleia Constituinte”, “República Democrática” etc. Significativamente eram deixadas de lado qualquer palavra de ordem de apoio direto ao Governo Provisório.

Os bolcheviques decidem participar desta manifestação e transformá-la no oposto do que desejavam os mencheviques e sociais-revolucionários. Sob as palavras de ordem “Todo o poder aos Sovietes”, “Abaixo os Dez Ministros Capitalista” e “Abaixo a Ofensiva”, a manifestação deveria se transformar num repúdio das massas trabalhadoras de Petrogrado à política seguida pelo governo de Kerensky.

Quatrocentos mil pessoas participaram da marcha que se transformou em uma enorme manifestação bolchevique. Pela primeira vez as forças que apoiavam o governo burguês, e o próprio governo burguês, haviam sofrido uma derrota com as armas e o campo escolhido por eles. Não era uma derrota que

decidisse a sorte da revolução, é verdade. Mas era a primeira derrota.

Imediatamente, as forças da contrarrevolução, encontrando o apoio da direita menchevique e da direita social-revolucionária, levantaram a palavra de ordem de desarmar os bolcheviques e as massas revolucionárias. Estava se aproximando o momento, clássico em toda a Revolução Burguesa, no qual os donos do capital tentam desarmar os trabalhadores. Medidas começam a ser tomadas para transferir os regimentos mais revolucionários para o fronte, desarmar aquelas unidades militares que se negassem a obedecer às ordens governamentais e proibir a imprensa bolchevique. Uma campanha sem precedentes tem início para as massas acreditarem que os bolcheviques são espíões alemães -- pois Lênin, seu chefe máximo, não veio à Rússia num trem cedido pelo governo alemão? Todos os fracassos do Governo Provisório são lançados sobre as costas do Partido Bolchevique.

Ao mesmo tempo, as forças abertamente contrarrevolucionárias (que se aglutinavam no Partido Cadete) percebem que o Governo Provisório não era uma proteção suficiente contra as massas, e começam a conspirar para substituir o governo de Kerensky por uma ditadura militar férrea, que sufocasse a revolta dos trabalhadores.

O final de junho passa em comoção contínua. Comitês de Fábricas e Sovietes Locais aprovam resoluções contra o Governo Provisório, contra a ofensiva e a favor do poder dos soviets. O slogan “todo poder aos soviets” começa a penetrar cada vez mais nas massas. No campo, ainda que lentamente, também se observa uma transformação das opiniões dos camponeses semelhante à evolução que ocorre nas cidades: cada vez mais à esquerda.

No início de julho chegam notícias do front dando conta da enorme derrota em que se transformara a ofensiva. A desorganização do Exército na frente de batalha e a deserção do exército pelos camponeses que, em grupos, retomavam para as suas terras, deixavam as portas da Rússia abertas para um posterior avanço alemão.



Kornilov começa a tramar com o Estado Maior alemão para que ele invadisse Petrogrado e esmagasse a revolução.

Ao mesmo tempo, as condições econômicas da Rússia se deterioravam rapidamente. “Em 1915 a guerra custou à Rússia 10 bilhões de rublos, em 1916, 19 bilhões; durante a primeira metade de 1917, 10,5 bilhões; no começo de 1918 a dívida externa teria igualado toda a riqueza da nação! O Comitê Executivo Central (dos Sovietes) estava esperando um apelo por um empréstimo de guerra, sob o nome açucarado de “Empréstimo da Liberdade”, enquanto o governo ia chegando à conclusão não muito complicada de que sem um enorme empréstimo estrangeiro, ele não somente não poderia pagar seus credores estrangeiros, como também não poderia sustentar suas obrigações domésticas.” Os capitalistas, desanimados com uma produção que lhes rendia mais dores de cabeça que lucros, estavam deliberadamente fechando suas fábricas até melhores dias. “O ministro do trabalho, Kobolev estava pregando aos trabalhadores, em grandes manifestos, a inconselhabilidade da interferência destes na administração das fábricas”. Mais da metade das locomotivas estavam necessitando de grandes reparos e a maior parte do material das estradas de ferro não funcionavam por falta de combustível. Tseretelli, um líder menchevique que entrara para o governo com grande prestígio entre as massas, tal como Kerensky, estava se tornando uma figura odiada para maioria dos soldados e trabalhadores de Petrogrado. Com a violenta inflação, a luta por melhores salários estava enervando os trabalhadores. “Um relatório do sindicato dos condutores de trens ao ministro da Comunicação afirmava: ”Pela última vez nós anunciamos: paciência tem seus limites,

nós simplesmente não podemos viver essas condições...”.

Em geral os soldados estavam mais impacientes que os trabalhadores tanto porque eles estavam ameaçados de uma transferência para o fronte, como porque era mais difícil para eles que para os operários entenderem considerações de estratégia política. No dia 21 de junho um apelo de Lênin aos trabalhadores apareceu no Pravda, alertando-os de que “um ataque imediato seria inviável”.

Na praça de Yakomy, em Kronstadt, os anarquistas estavam aprovando um *ultimatum* após o outro. O clima estava se tornando explosivo. “Em todos os lugares” relembra Sukanov “(...) se falava sobre algum tipo de manifestação, se não hoje, amanhã...” Ninguém sabia ao certo quem iria manifestar o que, mas a cidade se sentia próxima a algum tipo de explosão.

A contrarrevolução, procurando aproveitar a insatisfação e desestabilizar o Governo Provisório com o objetivo de lhe tomar o lugar, retirou os ministros cadetes da coalizão governamental.

Em Petrogrado, um anarquista, Bleichman, estava ganhando para seus pontos de vista camadas cada vez maiores de soldados: “É necessário sairmos de armas nas mãos. Organização? A rua nos organizará. A tarefa? Derrubar o Governo Provisório do mesmo modo como derrubamos o czar sem que nenhum partido estivesse liderando”. “Os trabalhadores progressistas lembravam que em fevereiro seus líderes estiveram prontos a se retirarem da luta justamente na véspera da vitória; que, em março, a jornada de 8 horas havia sido ganha por uma ação de baixo; que, em abril, Milyukov foi derrubado por regimentos que foram para a rua pela própria iniciativa. A lembrança desses fatos aumentava o espírito tenso e impaciente das massas”.

Estas, sentindo que os soviets estavam ficando para trás, começaram a construir novos laços organizativos por fora dos já existentes. “No lugar dos velhos comitês de regimentos eles tinham eleito um comitê revolucionário provisório consistindo de dois membros para cada companhia sob a presidência de Ensing Semashko”.

Delegados haviam sido enviados para Kronstadt e outros regimentos pedindo apoio e esclarecendo que a manifestação seria armada.

“Um trabalhador da fábrica Renaud conta: ‘Depois do jantar alguns soldados do regimento de metralhadoras requisitaram que nós que fornecêssemos a eles alguns caminhões. Apesar do protesto do nosso grupo (os bolcheviques) nós tivemos que dar os caminhões... Eles rapidamente os lotaram com metralhadoras e se dirigiram ao longo do Nevski. Nesse momento nós não podíamos mais segurar nossos trabalhadores... Todos eles, como estavam, em macacões, saíram da bancada direto para a rua...’ Nas ruas, os guardas vermelhos carregavam de munições suas armas e seus cinturões, os trabalhadores que não haviam conseguido armas ajudavam outros que as haviam conseguido a se prepararem.

Os bolcheviques não poderiam mais segurar a manifestação. Ela seria armada e contaria com a participação da imensa maioria dos trabalhadores e soldados de Petrogrado. Somente restava ao Partido Bolchevique seguir a manifestação e impedir que ela se transformasse numa tomada prematura do poder pelos soviets. Tomar o poder naquele momento significava ficar isolado das massas camponesas e dos setores mais atrasados dos operários que trabalhavam em outras cidades menores, facilitando o trabalho da contrarrevolução. Devemos esperar as reservas que ainda contam neutralizadas, explicava Lênin.

O Governo Provisório, sentindo o perigo que pairava sobre seu pescoço, imediatamente apelou para o Estado Maior do Exército (berço da contrarrevolução, como sabemos) para que mandasse tropas leais para Petrogrado com o objetivo de proteger o Governo Provisório da manifestação dos trabalhadores. O Comitê Executivo dos Sovietes proclamou a manifestação contrarrevolucionária e apoiou o pedido de tropas feita pelo governo Kerensky. Apesar disso, nenhum regimento apareceu para defendê-los.

O primeiro dia da manifestação terminou em discursos e marchas, por parte dos manifestantes; e resoluções e proclamações por parte

do Governo Provisório e do Comitê Executivo dos Sovietes afirmando o caráter contrarrevolucionário da manifestação. Para o segundo dia, os bolcheviques decidiram tomar a frente da manifestação. Uma proclamação dos bolcheviques convocou os trabalhadores e soldados para “...através de uma manifestação organizada e pacífica levar seus desejos à atenção do Comitê Executivo, agora reunido”.

No segundo dia a manifestação contou com a participação de operários em cujos comitês os mencheviques e sociais-revolucionários ainda contavam com maioria. Tropas de todas as localidades próximas a Petrogrado vieram à manifestação. Para a defesa do Quartel General do Exército, o Governo contava somente com alguns cossacos.

Um choque armado e violento ocorreu entre um destacamento cossaco e a retaguarda da manifestação, o destacamento foi disperso pela multidão.

Os manifestantes sitiaram o Palácio Tauride, sede do Governo Provisório. Um grupo entrou no palácio e trouxe Chernov, um ministro social-revolucionário, com eles. Não



fosse a intervenção de Trotsky, a massa teria aprisionado o ministro.

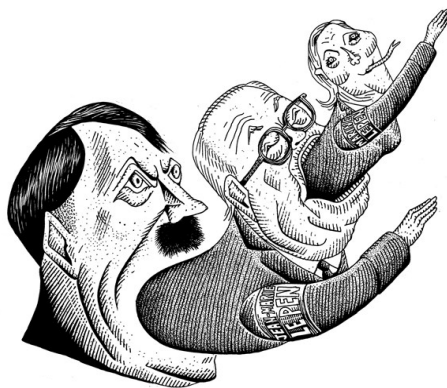
Numa reunião com o Comitê Executivo naquela noite, os oradores dos manifestantes se exprimiam assim: “Vocês vêm o que está escrito em nossas bandeiras. Tais são as decisões adotadas pelos trabalhadores. Nós exigimos a renúncia dos dez ministros capitalistas. Nós confiamos no Soviete, mas não naqueles em que o Soviete confia... Nós exigimos que a terra seja tomada imediatamente, que o controle da indústria seja estabelecido imediatamente. Nós exigimos luta contra a fome que nos ameaça...”. Outro orador afirmou: “Esta não é uma reunião, mas uma manifestação inteiramente organizada. Nós exigimos a transferência da terra aos camponeses. Nós exigimos a anulação das leis contra o exército revolucionário... Nós exigimos que o poder passe aos soviets”. Enquanto

transcorria a reunião, uma enorme massa de operários da fábrica Putilov exigia a presença de Tseretelli para falar com eles. Tseretelli se recusava a sair com medo e Zinoviev, o líder bolchevique, foi de encontro aos operários, que saudaram o temor do líder menchevique com uma estrondosa gargalhada.

A estrondosa gargalhada mostrava a mudança de qualidade na relação das massas que estavam nas ruas para com o Governo Provisório. Uma gargalhada estrondosa: o Governo Provisório já era tratado, ainda que não fosse assim nominado, como uma grande piada.

Todavia, quem tomaria a iniciativa seria a contrarrevolução. As forças revolucionárias colocaram tudo o que tinham em campo nos dois dias de manifestação em julho. O Governo Provisório resistiu e a contrarrevolução se aproveitará dessa vitória para tentar sufocar a revolução. Uma “quase” insurreição é a derrota da insurreição: os contrarrevolucionários percebem ter chegado sua hora e sua vez...

O que teve lugar, nessas semanas decisivas de julho ao início de setembro é, contudo, assunto para o próximo mês!



Ao final do segundo turno das eleições francesas de 2017, realizado no dia 07 de maio, o resultado apontou a vitória do candidato Emmanuel Macron, do partido político Em Marché, o ex-banqueiro do Rothschild e copríncipe de Andorra, sobre a candidata Marine Le Pen, do partido Frente Nacional e filha do fascista Jean Marie Le Pen. Com 66,10 % dos votos, o “jovem” Macron de 39 anos venceu sua adversária que obteve 33,90% dos votos.

No mundo e aqui no Brasil, as eleições francesas repercutiram

ELEIÇÕES NA FRANÇA, 2017: DISPUTA ENTRE AS FRAÇÕES DO CAPITAL

ALEX BRASIL - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA

bastante. Os grandes meios de comunicação procuraram mostrar Macron como o “mal menor”, assim como fizeram com Hillary Clinton, na disputa em que a ex-primeira dama norte-americana perdeu para Donald Trump, no final do ano passado. O que é alarmante é como muitos militantes honestos de esquerda brasileiros compraram esse “discurso do mal menor”.

Talvez, preocupados com o fato das pesquisas últimas para as eleições no Brasil (antes das denúncias feitas pela JBS, envolvendo Temer, Aécio, Lula, Serra, Dilma, Kassab e outros) apontarem para um segundo turno entre Lula e o ultradireitista Jair Bolsonaro, muitos ativistas já ensaiam o discurso para justificar o voto no “menos pior” Lula, traçando até paralelos históricos equivocados com o fato do Partido

Comunista Alemão ter se recusado a compor uma frente com o Partido Socialista, em 1933, para derrotar Adolf Hitler e o partido nazista.

Venhamos e convenhamos: Emmanuel Macron não é de uma socialdemocracia reformista e não revolucionária ou de um stalinismo empedernido e burocrático, correntes do movimento operário europeu e francês na época, com influência de massas. Muito pelo contrário: seu histórico o mostra como um “reformista” pró-capital. Em 2007, por exemplo, participou da Comissão para a Libertação do Crescimento Francês, do presidente Nicolas Sarkozy, este último conhecido pelo seu ódio aos imigrantes. Nessa época, Macron era integrante do Partido Socialista.

O socialista passou um período curto e “enriquecedor” à frente do banco Rotschild: intermediou a transação de compra de uma filial da Pfizer pela Nestlé, em 2012, quando se tornou um milionário. Depois, largou o banco para se tornar secretário adjunto do então presidente francês, o “social-liberal” François Hollande. Em 2014, virou o responsável pela pasta de economia, indústria e assuntos digitais do primeiro-ministro Manuel Valls.

O yuppie no aparelho de Estado francês propôs a chamada “Lei Macron”, que a pretexto de impulsionar o crescimento econômico, incluía a liberalização do código de trabalho, como permitir o aumento do número de domingos laborais e a liberalização do acesso a profissões muito reguladas, como os advogados, notários ou oficiais de justiça. Também previu a simplificação dos procedimentos na resolução de conflitos e flexibiliza os despedimentos. Algo muito parecido com a história de que o “negociado” passa a prevalecer sobre o “legislado”, algo muito parecido com o que está embutido na Reforma Trabalhista de Temer, Henrique Meireles e do Congresso.

Aproveitando-se de uma brecha na Constituição francesa, o projeto foi aprovado por decreto em final de 2014, sem votação, pois o governo não tinha segurança de que ia vencer e conseguir a sua aprovação. A “Lei Macron” foi a senha para que Hollande e Valls levassem ao Congresso um projeto de Reforma Trabalhista para “melhorar a competitividade das empresas francesas”, que enfrentou greves e protestos explosivos em toda a França, em 2016 e 2017.

Foi nesse ambiente de mais um desencanto com a chamada “esquerda oficial”, mas também refletindo o crescimento e vitórias de alternativas de extrema-direita (o progresso do Alternativa para a Alemanha – AFD, na Alemanha. O Aurora Dourada, na Grécia. Os governos da Áustria e Polônia) na Europa e no mundo, que Marise Le Pen construiu a sua plataforma eleitoral. Em um país atingido pela desindustrialização e por um desemprego endêmico de 10%, o discurso nacionalista da candidata da



Frente Nacional, anti-União Europeia e a Zona do Euro, tinha bastante espaço. Ainda mais com a saída da Grã-Bretanha da Zona do Euro, o chamado Brexit.

Já a plataforma anti-imigrantes de Le Pen ganhou peso com a histeria antiterrorismo, principalmente depois dos ataques ao jornal Charlie Hebdo, em janeiro de 2015, e o ataque em Champs de Élysée, em novembro do mesmo, ambos em Paris, atribuídos a árabes mulçumanos. A xenofobia, base dessa plataforma, agravou-se com a chegada de milhares de refugiados, inclusive, de países destruídos por guerras que vieram a calhar com os interesses imperialistas, como Líbia e Síria.

Diante desse quadro e temendo a repetição de uma vitória ao estilo Trump, a burguesia francesa mais vinculada ao capital financeiro e ao projeto de globalização da economia se uniu na França, para barrar a vitória de Le Pen. Mesmo obtendo somente 1/3 dos votos apurados, a Frente Nacional obteve o seu mais expressivo resultado eleitoral, desde a sua criação, em 1972.

Quanto à classe trabalhadora francesa houve mais resistências à chantagem do voto no “mal menor”. Diferentemente de 2002, quando ocorreu quase uma unanimidade do movimento sindical francês em apoiar o “mal menor”, o direitista Jacques Chirac contra o fascista Jean Marie Le Pen, dessa vez houve mais resistências a tal adesão.

Mesmo com os marqueteiros e os meios de comunicação tentando “pintar o bezerro de ouro” e mostrar Macron como a volta da terceira via de Bill Clinton, Tony Blair e Gerhard Schröder (como se a mesma fosse de alguma valia para os trabalhadores), no primeiro dia, após a sua vitória, o presidente eleito já enfrentou protestos de trabalhadores contra as suas reformas.

Alguns resultados do 1º turno dessa eleição na França mostram que existe um espaço à esquerda, mas ainda difuso. O candidato Jean-Luc Mélechon, da França Insubmissa (frente com apoio do Partido Comunista Francês; de um racha do Partido Socialista, Partido da Esquerda e de um racha do Partido Comunista, Pólo do Renascimento Comunista em França), obteve 19,58% dos votos e Philippe Poutou do Novo Partido Anticapitalista (veio da antiga Liga Comunista Revolucionária, de orientação trotskista) ficou com 1,09% da votação. Esses novos agrupamentos de esquerda na França refletem muito alternativas neorreformistas como o Podemos, na Espanha, o Syriza na Grécia e o próprio PSOL no Brasil. Já Nathalie Arthaud, do tradicional partido trotskista Lutte Ouvrière (Luta Operária) obteve somente 0,64% dos votos, bem distantes dos 5,3% dos votos que sua candidata Arlette Laguiller conseguiu no pleito presidencial de 1995.

O país de Revoluções Burguesas com forte conteúdo e radicalização popular (1789, 1830, 1848) e de revoluções operárias e situações revolucionárias derrotadas pela burguesia (1871, 1936, 1945 e 1968) vive uma conjuntura em que hoje as duas frações do Capital são as protagonistas. Resta a classe trabalhadora francesa impulsionar a busca pela unificação dos agrupamentos revolucionários que não apostam na saída eleitoral, como também a unidade da luta do proletariado com a juventude e com os imigrantes, este segmento importante por ocupar os postos do trabalho mais precarizado na França. Essa é a única alternativa para enfrentar os ataques sociais do capital globalizado que Macron representa e o crescimento do fascismo societal que Marise Le Pen é o atual rosto.

Editado sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1